

Daniela Martins\*

## A diplomacia egípcia no dealbar do «império» (século XV a. C.)

### R E S U M O

*Se o tratado de Kadech (século XIII a. C.) é a prova mais evidente da diplomacia egípcia, ele não resume ou esgota o tema dentro da história faraônica. Se no século XV a. C., o Egito é capaz de criar e manter um «império», muito o deve às suas estratégias políticas e às suas manobras diplomáticas. Faremos, por isso, uma análise centrada nos reinados que viram nascer o «império» egípcio, a sua «época dourada», que tem início com Tutmés III.*  
*Palavras-chave: Império Novo; XVIII Dinastia; Estratégia; Diplomacia.*

### A B S T R A C T

*If the treaty of Kadesh (XIII B. C.) is the most evident proof of the Egyptian diplomacy, it does not summarize the subject within the pharaonic history. If on XV B. C., Egypt is able to create and maintain an «empire», much due to their political strategies and their diplomatic maneuvers. We'll do, therefore, an analysis centered in the reigns that saw the «birth» of the Egyptian «empire», it's «golden age», beginning with Thutmose III.*  
*Keywords: New Kingdom; XVIII Dynasty; Strategy; Diplomacy.*

No século XIII a. C. assinava-se, entre o Egito e o Hatti, o primeiro tratado diplomático de que a História tem registo. Elaborado em 1259 a. C., na sequência do confronto militar entre estas duas potências do mundo antigo, a famosa batalha de Kadech (1275 a. C.), tornou-se num símbolo da diplomacia, de tal modo que uma cópia sua está exposta no Conselho de Segurança das Nações Unidas em Nova Iorque<sup>1</sup>.

Este tratado de paz, negociado entre Hattusili III (sucessor de Muwatalli, com quem se dera o confronto) e Ramsés II, ficou conhecido como o «tratado eterno», onde, de forma genérica, ambos os reinos definiam limites de atuação político-militar, e onde estabeleciam parâmetros de auxílio mútuo em situações de belicosidade<sup>2</sup>. Embora seja um símbolo incontornável da

---

\* Investigadora do Centro de História da Universidade de Lisboa, na linha de investigação de História Militar e das Relações Internacionais.

<sup>1</sup> Trevor Bryce, “The ‘eternal treaty’ from the Hitite perspective”, BMSAES (6, 2006), 1-11 (disponível in <http://www.thebritishmuseum.ac.uk/bmsaes/issue6/bryce.html> - consultado em 6/1/2015).

<sup>2</sup> O tratado de paz menciona também a obrigação do Egito garantir a sucessão do trono do Hatti, a extradição de refugiados políticos e emigrantes voluntários, bem como invoca a proteção divina dos deuses hititas e egípcios para o cumprimento deste tratado. A este acordo sucedeu-se ainda o casamento da filha do governante hitita com Ramsés II. Cf. Luís Manuel de Araújo, “A batalha de Kadech” in *A Guerra na Antiguidade*, coord. António Ramos dos Santos e José Varandas (Lisboa: Centro de História/Caleidoscópio, 2006), 78. Vide Pierre Grandet, *Les Pharaons du Nouvel Empire: une pensée stratégique (1500-1069 avant J.-C.)* (Paris: Éditions du Rocher, 2008), 337-345.

diplomacia antiga, do *status quo* internacional à época, devemos ter em consideração que ele destoa da mundivisão das sociedades pré-clássicas, onde o conflito político e bélico era «normal», e fundamental até para as próprias ideologias de cada reino. Note-se que, para além deste tratado que evidencia que nem o Hatti nem o Egípto saem vencedores da batalha de Kadech, o relato egípcio anuncia uma estrondosa vitória<sup>3</sup>.

Não obstante a comunicação diplomática estar recheada de elementos que indiciam um tratamento «horizontal» do faraó com outros grandes reis como, por exemplo, o rei do Hatti, a ideologia faraónica não concebe relações de horizontalidade, pura e simplesmente, porque estas culturas são baseadas em noções de alteridade. O Egípto concebeu a ideia, tal qual outras sociedades pré-clássicas o fizeram, de que a sociedade, a sua cultura e a sua organização política eram os modelos corretos de existência. Desta feita, ainda que desde os seus primórdios históricos tenham convivido com o estrangeiro, nunca deixaram de mostrar a sua suprema convicção na superioridade das Duas Terras (o Egípto) em relação a todo o resto. A *maet*, conceito associado à verdade, justiça, harmonia e ordem, assume-se, assim, como um elemento justificador e potenciador das atividades bélicas, já que a ordem cósmica era conseguida através da guerra<sup>4</sup>.

Embora seja o reinado de Ramsés II (XIX dinastia), pelas razões acima mencionadas, o mais paradigmático no que diz respeito à diplomacia, devemos (re)pensar este conceito para cronologias anteriores, nomeadamente para o período em que o Egípto inicia uma atividade expansionista do ponto de vista político-militar. Recuando para a XVIII dinastia, as Cartas de Amarna têm especial importância para o estudo diplomático. Mesmo sabendo que essa correspondência não diz unicamente respeito ao reinado de Akhenaton, esquecemos muitas vezes os faraós anteriores no que toca a este assunto. Deste modo, pretendemos demonstrar como a diplomacia foi um elemento-chave para o Egípto na sua construção «imperial», e que tem início na XVIII dinastia, com Tutmés III.

## 1. Guerra e diplomacia

O Império Novo ficou conhecido na História como um período de triunfos militares na Núbia e na Ásia, e o arranque definitivo dessas campanhas, com intuítos de conquista e dominação, acontece no reinado de Tutmés III. É com este faraó que o Egípto cria o seu «império», alcançando política e militarmente a sua maior extensão de domínio. Esta realidade foi possível através da criação de estruturas e elementos de apoio no terreno – tanto na Núbia como no corredor siro-palestino – e que permitiram o sucesso militar deste faraó<sup>5</sup>. Não obstante, várias foram as dificuldades com que os Egípcios se depararam. A primeira e a mais importante de todas foi, sem dúvida, o grande poder rival, o Mitanni. O Mitanni era um reino de cariz bélico, bem organizado, e que se torna a fronteira norte do avanço egípcio no Levante. Trata-se uma potência claramente influente na Alta Mesopotâmia e o maior poder da Ásia Menor à época de Tutmés III, marcando a limitação militar e política egípcia no Nordeste levantino, assumindo-se como um bloco quase intransponível e que ditará uma incapacidade de avanço

<sup>3</sup> A batalha de Kadech encontra-se representada no templo de Abido, em Lucsor, no Ramesseum e em Abu Simbel.

<sup>4</sup> Sobre este assunto, vide Daniela Martins, «Até aos pilares do céu»: *Estratégias de domínio político-militar na Síria-Palestina no reinado de Tutmés III* (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2013), 15-28 (disponível in <http://hdl.handle.net/10451/10932> - consultada em 6/1/2015)

<sup>5</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 101-155.

sobre o território<sup>6</sup>. A segunda é a resistência e a hostilidade das cidades levantinas, mais particularmente, das cidades sírias, que estavam claramente na esfera de influência mitânica. Mesmo conquistadas militarmente pelos Egípcios, estas cidades, à mínima oportunidade, rebelavam-se contra o domínio faraónico, sendo leais ao poder rival<sup>7</sup>.

Quando Tutmés III assumiu o poder único (depois da co-regência com a tia/madrastra Hatchepsut), a situação no Levante tinha-se tornado crítica para o Egípto. A cidade de Kadech, com o apoio do Mitanni, crescia rapidamente e aumentava a sua influência sobre Canaã, mas era, sem dúvida, a confluência em Meguido de vários líderes de diferentes reinos, entre os quais da Síria e do Mitanni, que tornava urgente e prioritária uma ação militar do faraó. Neste sentido, Tutmés III levou a cabo dezassete campanhas militares que estabeleceram o domínio efetivo do Egípto sobre o corredor siro-palestino, chegando inclusivamente ao Eufrates, zona onde os Egípcios pretenderam confrontar o mitânicos<sup>8</sup>. Depois desta campanha, os Egípcios tinham atingido militarmente o seu expoente máximo, de modo que, se um «império» pára de crescer, seja quais forem as razões, resta-lhes assegurar aquilo que conquistou, ou seja, passar para uma atitude defensiva. Tutmés III tinha dado conta de que não tinha capacidade para avançar mais no terreno. O seu domínio sobre a Síria Central e do Norte era frágil, dado que o Mitanni detinha grande influência política nessas zonas. Em suma, as últimas campanhas militares deste faraó foram de defesa de um «império» (neutralização de revoltas) que já não tinha mais margem para crescer, e talvez para onde os esforços envolvidos já não valessem a pena, pelos enormes custos associados, pelas grandes dificuldades criadas, ou até porque a zona podia já não interessar economicamente.

Porém, é o fim da guerra que dita o início da diplomacia? Como se estabelecem as zonas de influência? Em que medida é que podemos considerar o conceito da diplomacia quando associado a uma mundivisão baseada em conceções de alteridade?

Se entendermos a diplomacia como a consequência imediata do fim da guerra, em que as partes intervenientes chegam a um acordo, o conceito não se aplica ao reinado de Tutmés III. A guerra termina por uma impossibilidade técnica de poder continuar, dado que o poder rival é forte e as cidades sírias hostis, mas não parece ser, ao contrário do tratado de Kadech, um acordo mútuo das partes. No entanto, José Augusto Ramos parece defender que «O Egípto e o Mitanni negociaram a partilha de influências sobre a Síria (para o Mitanni) e a Palestina (para o Egípto)<sup>9</sup>». Este ponto é importante porque nos leva a reconsiderar dois aspetos: o primeiro é

<sup>6</sup> A história do Mitanni assenta numa dinâmica muito típica da zona levantina, na correlação entre os princípios de diversidade e unidade, e que são a linha central das políticas dessa zona. Prova disso é a sua formação, já que este reino surge como um fenómeno de unidade, congregando uma série de cidades-estado hurritas nos finais do século XVII a. C. A existência de poucas fronteiras naturais capazes de proteger o seu reino, aliadas à ameaça constante potenciada por forças hostis que circundam o seu espaço político, favoreceram em grande medida a fação guerreira da sociedade mitânico-hurrita, com uma aristocracia militar de origem indo-europeia a dirigir uma população de origem hurrita. O Mitanni tornou-se, assim, o reino mais poderoso da Ásia no século XV a. C.

<sup>7</sup> O tratamento e o comprometimento que uma cidade podia estabelecer com o Egípto ou com o Mitanni era bastante diferencial. Vide, Daniela Martins, «*Até aos pilares do céu*», 23-28.

<sup>8</sup> Ao contrário do seu avô, Tutmés I, cujo encontro com o Mitanni terá sido accidental, Tutmés III procurou chegar ao Eufrates, e esse desejo é expresso na Estela de Gebel Barkal, quando se diz que o rei é «quem cruza o Eufrates à frente da sua tropa, perseguindo quem lhe atacou, em busca daquele maldito inimigo do Mitanni». *El Imperio Egipcio: inscripciones, ca. 1550-1300 a. C.*, ed. e trad. José Manuel Galán (Madrid: Trotta, 2002), 120. (Daqui em diante *IEI*).

<sup>9</sup> José Augusto Ramos, «Alepo» in *Dicionário do Antigo Egípto*, dir. Luís Manuel de Araújo (Lisboa: Caminho, 2001), 45-46.

sobre o tratado em si mesmo, e que poderia ser, ao contrário do que se viria a fazer mais tarde, uma negociação/acordo oral, à semelhança dos tratados de lealdade estabelecidos entre o Egito e os reinos levantinos, *sedjefa terit*.<sup>10</sup> O segundo está relacionado com a sucessão de Tutmés III. Quando Amen-hotep II chega ao trono, o poder do Mitanni não pára de crescer, chegando a Ugarit, onde havia uma guarnição egípcia que estava em vias de ser expulsa. As cidades ao sul de Kadech estavam a cair também sob influência rival, exigindo uma enérgica resposta do novo faraó<sup>11</sup>. Parece-nos que a teoria de um acordo entre as duas potências não se reveste de grande fundamento porque, se por um lado, Tutmés III não abdicara das suas possessões no sul da Síria, por outro, se assim fosse, não teríamos a enérgica ação de Amen-hotep II logo depois do falecimento do seu pai. Esta noção poderá ser aplicada, por exemplo, ao reinado de Tutmés IV, quando se chega efetivamente a um tratado de paz, ou no seu exemplo mais conhecido, no tratado entre Ramsés II e o Hatti.

Pierre Grandet considera que os faraós preferiam a diplomacia à guerra<sup>12</sup> mas essa situação parece improvável. Por um lado, porque mesmo que encontremos nas Cartas de Amarna, como é frequente, o uso de termos familiares entre o faraó e os chefes de outros grandes reinos, o Egito sempre se viu a si mesmo como superior e como o centro do mundo. Por outro, a diplomacia egípcia é o resultado de uma impossibilidade de um avanço militar, e isso obriga ao estabelecimento de um tratado em que duas potências, teoricamente iguais, definem limites de ação e domínio, ou seja, liminaridades. Se esta realidade é possível de observar na XIX dinastia, e mais concretamente no reinado de Ramsés II, é porque ela resulta de uma inviabilidade militar e é absolutamente necessária pelo «empate técnico», onde os contínuos esforços militares seriam em vão. O mesmo não se aplica, porém, nos reinados de Tutmés III e Amen-hotep II, onde o Egito possui uma grande pujança militar, encontrando, ainda assim, limitações de vária ordem, levando à cessação de esforços, que não é voluntária e muito menos pacífica. Foi, de facto, este equilíbrio de poderes no reinado de Ramsés II que acabou por criar uma ideia errónea, e no entanto frequentemente veiculada na historiografia em relação aos períodos anteriores, nomeadamente ao de Tutmés III e Amen-hotep II, transparecendo

---

<sup>10</sup> Sobre estes tratados/juramentos, tem sido veiculada a ideia na historiografia que se trataria de um procedimento oral, e não algo escrito, como fizeram os Assírios mais tarde nos conhecidos tratados *adé*. Porém, uma análise atenta das fontes parece indicar que terá havido um documento escrito, onde ficaria estipulado o tributo anual que os chefes asiáticos deviam prestar às Duas Terras, o que aliás é perfeitamente corroborável com as extensas listas de tributos recebidos pelos altos funcionários egípcios, patentes nos Anais e nos seus túmulos. Contudo, se por um lado parece fazer sentido que, numa sociedade profundamente burocratizada a nova situação política tenha ficado registada, por outro, o que as fontes parecem indicar é o registo teria que ver com a tributação anual, existindo, talvez, um novo documento em cada ano. Quem produzia este documento? Um egípcio ou um local? Em acádio ou em egípcio? Estes registos não chegaram até nós, e aquilo que há referente a essa questão provém do lado egípcio, das inscrições ligadas ao poder, e estão impregnadas de uma ideologia tipificada, sendo que, por essa mesma razão continua em aberto a questão se o juramento de lealdade era um ato oral ou escrito.

«As escalas proporcionaram tudo com o seu imposto, (como) indicava o seu documento anual, junto com a contribuição do Líbano, como (indicava) o seu documento anual, junto com os chefes do Líbano»; «O imposto consiste na contribuição de cada ano, como qualquer servo da minha majestade»; «Realizando a inspeção [dos servos do templo de Amon], junto com a mão-de-obra da fundação, que o rei trouxe como cativos, seus súbditos, pagando o imposto com os trabalhos que eles fazem, (a saber) flechas, óleos e telas, como (indica) o seu documento anual». *IEI*, 90, 124, 144.

<sup>11</sup> Donald Redford, *Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times*, (New Jersey: Princeton University Press, 1993), 162.

<sup>12</sup> Pierre Grandet, *Les Pharaons du Nouvel Empire: une pensée stratégique (1550-1069 avant J. C.)* (Paris: Éditions du Rocher, 2008), 23.

sistematicamente a ideia de que esta época forte, de vitórias militares no Levante, não tivera uma oposição forte à pujança faraónica. Fica a ideia de que o Egípto não tem problemas nesse espaço, nem quem desafie, concretamente o seu poder. O mesmo acontece em relação ao Levante, ao qual se atribui uma certa apatia, uma subordinação sem qualquer tipo de reação ou de vontade própria, e isto é válido tanto para as cidades-estado palestinas, como para os ricos e aguerridos reinos da Síria, muito ligados ao Mitanni. Porém, o sistema-mundo à época dos tutmésidas era bipolar e não unipolar, porque o Mitanni tinha uma presença forte no plano externo, o que não significa, por outro lado, que o Egípto tenha chegado forçosamente à paz com este reino devido às impossibilidades de avanço militar.

De facto, só com Tutmés IV é que a relação do Egípto com o Mitanni ganha outros contornos. Define-se, na zona da Síria, qual é a fronteira que separa os interesses de ambos os reinos, e passa-se a uma ação diplomática. A razão pela qual isto acontece tem muito que ver com uma potência que agora emergia com preocupante vigor, o Hatti. Portanto, convinha a estes rivais unirem-se em função de um perigo que ameaçava os seus reinos. Por outro lado, estar em paz com o Egípto permitia ao Mitanni centrar os seus esforços na zona da Anatólia, já que o Kizzuadna, que lhes havia pertencido, tinha sido perdido<sup>13</sup>. Embora Tutmés IV tenha conseguido chegar à paz com o Mitanni e que Amen-hotep III tenha casado com uma princesa desse reino, o emergir do Hatti vinha trazer uma nova dinâmica dual no sistema-mundo internacional antigo.

Sendo as Cartas de Amarna a nossa grande fonte para estudar as relações entre o Mitanni e o Egípto (EA 17 – EA 30), são sobretudo as cartas dos reinos «vassalos» da Síria-Palestina que testemunham o novo fulgor hitita, e a ameaça que pairava sobre as possessões mitânicas e egípcias<sup>14</sup>. A aliança entre Egípcios e Mitânicos fora, no fundo, a procura de um tratado de defesa mútua contra o inimigo hitita. Em suma, e usando as palavras de Betsy Bryan, a relação do Egípto com o Mitanni passou de um estado de conflito ao da coexistência (de Tutmés III a Amen-hotep II), e depois a uma fase de consolidação e aliança (de Tutmés IV a Amen-hotep III)<sup>15</sup>, seguindo-se, já na leitura de Pinhas Artzi, um período de deterioração das relações (com Akhenaton)<sup>16</sup>. A diplomacia egípcia é, assim, num primeiro momento, o resultado da inviabilidade militar, tornando-se, *a posteriori*, num conveniente elemento político internacional, com o claro objetivo de manter a sua posição influente no mundo de então. As relações aparentemente horizontais com os grandes reinos e o tratamento de «igual para igual», apelidando os «pares» de «irmão» não são mais do que pura conveniência diplomática. A mundivisão egípcia, da sua superioridade, nunca esteve em causa, até porque não há uma verdadeira bilateralidade entre os dois pólos do discurso diplomático<sup>17</sup>. A ideologia e a prática coexistiam no antigo

<sup>13</sup> Mario Liverani, *El Antiguo Oriente: Historia, sociedad y economía* (trad. Juan Vivanco, Barcelona: Crítica, 1995), 383-384.

<sup>14</sup> «(...) o rei do Hatti apreendeu todos os países que eram vassalos do rei do Mita<nni> (...); «(...) o rei do Hatti [escreveu-me sobre uma aliança]. Meu senhor, [eu rejeitei] (a oferta das) tabuinhas de estipu[lações] de tratado, e [eu sou] (sempre) um servo do rei do Egípto, [meu senhor] (...).» *Les Lettres d'El-Amarna: correspondance diplomatique du pharaon* (trad. William L. Moran, Paris: Éd. du Cerf, 1987), (daqui em diante EA) 75 e 51.

<sup>15</sup> Betsy Bryan, “The Egyptian perspective on Mitanni”, *Amarna Diplomacy: the beginnings of international relations*, ed. Raymond Cohen e Raymond Westbrook (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000), 73-79.

<sup>16</sup> Pinhas Artzi, “The diplomatic service in action: the Mitanni file”, *Amarna Diplomacy: the beginnings of international relations*, ed. Raymond Cohen e Raymond Westbrook (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000), 210.

<sup>17</sup> José das Candeias Sales, “Diplomacia”, *Dicionário do Antigo Egípto*, dir. Luís Manuel de Araújo (Lisboa: Caminho, 2001), 277.

Egipto, havendo um lado absolutamente cooperativo entre a conceção ideológico-política e as realidades externas.

## 2. Manobras e mecanismos diplomáticos

Se o Império Novo pode ser caracterizado pela sua expansão militar no Levante e na Núbia, deve ser também considerado pela atividade diplomática inerente a estas conquistas e triunfos. De facto, a diplomacia esteve sempre ativa e assumiu um papel determinante na manutenção do «império» egípcio<sup>18</sup>.

A época de Tutmés III foi, nesse sentido, determinante para o Império Novo, uma vez que o avanço para a Síria-Palestina deixou de ser esporádico, de avanços e retiradas militares, como acontecera com os seus antecessores, passando-se a um domínio efetivo. Neste reinado, os empreendimentos bélicos dotaram-se de uma estratégia de domínio político e de ocupação do espaço, criando, para isso, uma série de mecanismos e estruturas que o pudessem tornar possível. Muitas das incursões militares realizadas só foram aliás possíveis pela atividade diplomática levada a cabo pelo faraonato<sup>19</sup>.

Como refere José das Candeias Sales, a história do II milénio a. C. está repleta de manobras de diplomacia<sup>20</sup>. E são estas manobras que permitiram, em grande medida, a governação egípcia num espaço tradicionalmente difícil, de sociedades territorializadas, sem unidade política, como o é o corredor siro-palestino:

### a) Interferência política

No decurso das sucessivas vitórias alcançadas pelo faraó no Levante, várias cidades foram subjugadas, voluntária ou involuntariamente, ao poder egípcio. De facto, se umas optaram por render-se de livre e espontânea vontade, de modo a evitar problemas de maior, como uma situação de cerco e destruição subsequente, como acontecera com cidades como Ienoam, Nugués e Herenkeru, outras optaram por resistir, como Meguido e Kadech. Esta tomada de posição por parte das diferentes cidades, acabou por ditar, em alguns casos, o futuro dos seus líderes, assim que o exército faraónico se apoderou desses espaços.

As fontes egípcias<sup>21</sup> permitem-nos verificar os procedimentos políticos que se seguiram. Aqueles que haviam sido hostis poderão ter sido mortos ou deportados para o Egipto como escravos, seguindo-se uma nova nomeação para esse posto, que estava a cargo do faraó<sup>22</sup>. Por outro lado, aqueles que se haviam submetido de «bom grado» ao poder egípcio, e também os novos chefes designados pelo faraó, deviam, em consequência, jurar fidelidade política ao Egipto<sup>23</sup>. Este juramento, note-se, acarretava direitos e deveres, que foram difíceis de gerir, a longo prazo, pelo choque de ideologias entre as sociedades levantinas e a sociedade egípcia.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> José das Candeias Sales, “Diplomacia”, *Dicionário do Antigo Egipto*, 277.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> Cf. Anais de Tutmés III, estela de Gebel Barkal, estela de Ermant, Cartas de Amarna.

<sup>22</sup> «Sua majestade nomeou de novo os chefes [de cada cidade...]; «Trouxe o chefe de Cabamsumin, chamado Caça, e também a sua mulher, os seus filhos e todos os seus dependentes, e outro chefe foi nomeado para o seu posto». *IEI*, 84,159.

<sup>23</sup> «A minha majestade fez então com que eles tomassem o juramento de lealdade». *IEI*, 121.

Estas incompatibilidades na compreensão do sistema e na mundivisão são altamente visíveis, por exemplo, nas cartas de Amarna<sup>24</sup>.

Inaugura-se, a partir daqui, a venalidade dos cargos, tradição que vingará. Quando da sua morte, ao chefe de uma terra, sucedia o seu filho, tornando-se, portanto, num cargo hereditário. Porém, isso dependeria sempre da vontade do rei, que o podia depor se ele não lhe fosse fiel. Por outro lado, sempre que um novo faraó ocupasse o trono das Duas Terras, o juramento de lealdade deveria ser novamente feito e o faraó teria que confirmar estes chefes estabelecidos nas terras estrangeiras. Pelo que as fontes nos revelam, o senhor das Duas Terras teria tanto uma atitude punitiva no que respeita aos desordeiros, como beneficente para com os que lhe eram leais<sup>25</sup>.

A governação deste espaço tornou-se possível porque a estratégia egípcia foi a de manter as estruturas político-administrativas existentes, «jogando» diplomaticamente em seu favor, ao invés de arrasar com a malha político-administrativa existente, o que aliás tornaria impossível e completamente inviável o domínio egípcio na zona. Para além disso, usufruíram das infraestruturas locais, concentrando esforços no avanço militar para Norte.

Com intuito de controlar e vigiar esses domínios, os egípcios estabeleceram, no Império Novo, governadores no Levante<sup>26</sup>. Estes estavam encarregues, por exemplo, de assegurar os interesses do Egipto na Ásia e obedecer às ordens do faraó, vigiar os chefes locais e assegurar-se da sua lealdade, supervisionar as tarefas de que estavam incumbidos, supervisionar e dirigir as tropas aquarteladas na Ásia, arbitrar os litígios entre os príncipes locais, garantir o abastecimento das tropas egípcias e, ainda, controlar o pagamento dos tributos.

De forma a criar uma geração de futuros príncipes levantinos fiéis ao Egipto, torna-se habitual, a partir do reinado de Tutmés III, que os filhos dos chefes asiáticos fossem levados para o Egipto para serem educados nessa cultura, ou seja, «egipcianizados»<sup>27</sup>. A instituição responsável pelo acolhimento e educação destes príncipes era o *kap*, uma instituição conhecida desde o Império Médio (XII dinastia), e que educava, grosso modo, as crianças ligadas à realeza e filhos de altos dignatários, com o objetivo fundamental de criar laços entre o futuro soberano e uma classe tradicionalmente importante e poderosa<sup>28</sup>. «Egipcianizar» os príncipes estrangeiros era fundamental para colocar no poder das cidades dominadas no Levante uma nova geração que compreendia a posição do Egipto no mundo, atuando de forma fiel para com

<sup>24</sup> Sobre estas incompatibilidades vide Daniela Martins, «*Até aos pilares do céu*», 15-28. Alguns dos deveres das terras subordinadas ao Egipto, a troco da proteção militar, são, grosso modo: proteção da cidade, fornecimento de trabalhadores para prestar «corveia» (cultivo das terras circundantes), pagamento de um tributo anual, reportar os movimentos e manobras dos exércitos inimigos, obedecer às ordens do governador egípcio instalado nessa área, proibição de contacto com potências inimigas, receber e alimentar as tropas do rei, e ainda, impossibilidade de abandono da cidade sem permissão real. Cf. Graciela Gestoso Singer, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior: Desde el reinado de Thutmosis III hasta el de Akhenaton*, Ancient Near East Monographs, Society of Biblical Literature, (vol. 2, Centro de Estudios de Historia del Antiguo Oriente UCA, 2008), 69-95.

<sup>25</sup> «E quanto a todos aqueles que morreram entre estes chefes, sua majestade faria então que o seu filho ocupasse o seu trono»; «Sua majestade não tardou em prosseguir para a terra de Djahi, para matar os desobedientes que estavam ali e para dar bens aos que lhe eram fiéis». *IEI*, 88, 115.

<sup>26</sup> Sobre a problemática associada a este cargo, vide Daniela Martins, «*Até aos pilares do céu*», 110-114.

<sup>27</sup> A integração de núbios nesta instituição é anterior a este reinado.

<sup>28</sup> Sobre este assunto vide Bernard Mathieu, L'énigme du recrutement des «enfants du kep»: une solution? in *Gottinger Miszellen*, (177, Göttingen, 2000) 41-48; Silke Roth, «Harem» in *UCLA Encyclopedia of Egyptology* (disponível in <https://escholarship.org/uc/item/1k3663r3> - consultado em 6/1/2015), 1-19.

o faraó. As Cartas de Amarna são também um precioso testemunho deste procedimento. Nem todas as «crianças do *kap*» voltavam, porém, às suas terras de origem: umas faziam carreira no Egípto, na administração, no exército, e no próprio palácio<sup>29</sup>.

Outra das estratégias diplomáticas e de controlo político foram os casamentos com princesas estrangeiras. Estes casamentos diplomáticos com princesas asiáticas não são conhecidos antes do reinado de Tutmés III, mas tornaram-se bastante comuns ao longo do Império Novo. Enquanto indicador de pactos e alianças políticas, a corte egípcia encheu-se de princesas babilónicas, mitânicas e hititas, sendo que algumas delas chegaram a rainhas. Distribuídas por diversos haréns (Mênfis, Tebas, Gurab, etc.), favoreceram a introdução de sangue novo na corte egípcia<sup>30</sup>.

### **b) Os meios da diplomacia**

Os reinos pré-clássicos faziam-se representar, nas cortes estrangeiras, por «embaixadores», «emissários» ou «comissários»<sup>31</sup>. Sendo uma prática comum, havia, para esse efeito, um código de conduta internacional para o tratamento destes representantes.

Se as Cartas de Amarna são, por um lado, uma das fontes mais importantes para podermos perceber o papel de certas pessoas que ao serviço do faraó eram vitais para o funcionamento de um sistema em rede, por outro, elas refletem um rico intercâmbio de mensagens não só com os reinos dependentes do soberano egípcio da Síria-Palestina, como também com outros grandes poderes da época. As Cartas de Amarna são também uma evidência da diplomacia – o tratamento pessoal e formal do início das cartas, quando o remetente se dirige ao destinatário, reflete bem um jogo político baseado em equilíbrios e desequilíbrios.

A transferência destas comunicações estava a cargo de mensageiros, os *iputiu*<sup>32</sup>. Esses mensageiros deviam reunir uma série de qualidades e competências para desempenharem o cargo, nomeadamente serem bons escribas, guias e intérpretes. Estavam encarregues de diversas tarefas, entre as quais trocar correspondência diplomática, comunicar mensagens orais, ler mensagens reais (funcionando muitas vezes como intérpretes das mesmas ou usando um indivíduo específico para o fazer), fazer a troca de presentes entre soberanos, levar para o Egípto as princesas estrangeiras dadas em casamento, recolher tributos para o faraó, e informar a corte egípcia sobre a política estrangeira<sup>33</sup>. Graciela Gestoso Singer adianta ainda alguns atributos de carácter militar que estes deviam ter, entre os quais serem bons arqueiros e bons cavaleiros<sup>34</sup>,

<sup>29</sup> Edda Bresciani, “L'étranger” in *L'Homme Égyptien*, dir. Sergio Donadoni (Paris: Éditions du Seuil, 1992).

<sup>30</sup> José das Candeias Sales, “Diplomacia”, *Dicionário do Antigo Egípto*, 278.

<sup>31</sup> Uma das problemáticas transversais aos estudos deste período que diríamos «imperial» tem que ver com uma designação que é comumente usada pela historiografia, o termo «comissário». Esta terminologia, um tanto ou quanto dúbia quando tentamos, ao certo, especificar as suas funções, parece ser incapaz de estabelecer de forma clara uma categoria dentro da complexa burocracia egípcia, nomeadamente nestes contextos cronológico-espaciais. Esta terminologia, frequentemente usada nas Cartas de Amarna, tanto na sua tradução e edição francesa (1987) como inglesa (1992), parece atestar que durante o período da sua redacção (reinados de Amen-hotep III e Akhenaton) a administração egípcia da Síria-Palestina tinha-se desenvolvido, dividindo-se em três centros administrativos: Amurru (que era gerida a partir de Sumur), Upi (cujo centro seria Kumidi) e Canaã (controlada a partir de Gaza).

<sup>32</sup> Graciela Gestoso Singer, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior: Desde el reinado de Thutmosis III hasta el de Akhenaton*, 71.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 72. Vide também Donald Redford, *Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times*, (New Jersey: Princeton University Press, 1993), 160-169.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

o que reforça não só a ideia da necessidade de alguma celeridade na troca de correspondência como também que o mensageiro devia saber defender-se<sup>35</sup>.

Um mensageiro não era pura e simplesmente um indivíduo responsável por fazer circular correspondência. No fundo, ele atuava como um representante do rei e, por isso, as suas missões e a sua designação estavam a cargo do vizir<sup>36</sup>. Embora não tenhamos grandes referências aos mensageiros do período de Tutmés III, terá certamente existido uma rede operacional, pura e simplesmente porque o domínio de um espaço tão vasto necessitava garantidamente de uma conexão com o Egípto. Conhecemos, no entanto, o caso de um oficial para este reinado que é designado como mensageiro real, Nakht<sup>37</sup>. Uma vez que a burocracia deste período é pautada, claramente, por um acumular de cargos, e visto que, numa primeira fase, a preponderância da gestão do Levante esteve nas mãos de militares, poderão ter sido estes, também eles, mensageiros? Atendendo ao facto de que a troca de correspondência não era somente com príncipes e reis da Ásia Menor, mas também com os oficiais egípcios destacados no terreno, parece que isto poderá fazer sentido, até porque as próprias guarnições poderiam, quiçá, trocar cartas e informações entre si.

Os mensageiros, enquanto elementos da diplomacia antiga, eram autênticos elementos de comércio, pelas trocas de bens que estavam associadas às suas funções, assim como elementos de vigia das atividades dos reinos onde eram enviados<sup>38</sup>. Por isso, e pela importância destes, o código de conduta «internacional» das cortes para com os mensageiros, pressupunha que estes seriam bem tratados<sup>39</sup>, e não deveriam ser retidos. Esse facto está de resto mencionado na estela de Gebel Barkal, datável do reinado de Tutmés III, onde o rei afirma: «[...] coloquei (?) o meu terror nos confins da Palestina e o meu comissário não é retido»<sup>40</sup>. No período de Amarna, os mensageiros estrangeiros chegavam a ficar retidos no Egípto durante largos períodos (de um a seis anos)<sup>41</sup>, suscitando o inconformismo dos monarcas estrangeiros<sup>42</sup>. Analisando

<sup>35</sup> Na famosa Sátira dos Ofícios, diz-se, a respeito desta função: «The courier goes out to a foreign country, after he has made over his property to his children, being afraid of lions and Asiatics. And what of him, when he is in Egypt? When he arrives thence from the meadows and he reaches his home in the evening, the traveling has cut him down. His house is (only) an apron of brick. He does not return happy of heart.». *Ancient Near Eastern Texts relating to the Old Testament*, trad. John A. Wilson, (New Jersey: Princeton University Press, 1969), 433.

<sup>36</sup> Betsy Bryan, “Administration in the reign of Thutmose III” in *Thutmose III: a new biography*, ed. Eric H. Cline e David O’Connor (Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2009), 92.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> «Quer os embaixadores do faraó em terras estrangeiras quer os delegados estrangeiros que chegavam ao Egípto deviam fazer-se acompanhar de adequados presentes. Como mostram várias cenas inscritas e pintadas em túmulos e templos, as cerimónias de recepção de delegados com as suas exóticas e belas oferendas eram momentos de fausto e grande ostentação. Aojeitados ou prostrados no solo, rica e profusamente adornados, com típicas vestes e penteados, os emissários estrangeiros prestavam as suas homenagens ao faraó egípcio. A honra e a veneração que lhe prestavam inseriam-se no protocolo diplomaticamente correcto.» José das Candeias Sales, “Diplomacia”, *Dicionário do Antigo Egípto*, 277-278.

<sup>39</sup> «Lorsque j’ai vu tes [m]ess[a]gers, j’ai été très heureux. Certainement tes messagers séjourneront chez moi, et feront l’objet d’une gran[de solli]citude.» EA 16.

<sup>40</sup> Cf. IEI, 124

<sup>41</sup> Graciela Gestoso, “Los mensajeros en la época de El Amarna”, *Revista de Estudios de Egiptología* (vol. 3, 1992), 68.

<sup>42</sup> «Quant au retard avec lequel tes messagers t’ont rejoint, c’est que les Sutéens les poursuivaient (et) ils étaient en danger de mort. [Je] les ai [re]ten[us] jusqu’à ce que j’aie pu écrire et faire saisir pour moi les Sutéens qui (les) poursuivent. Il ne faut sûrement pas que mes messagers soient empêchés de me rejoindre. Pourquoi des messagers devraient-ils rester constamment au soleil et ainsi mourir au soleil? Si rester au soleil signifie un profit pour le roi,

a correspondência entre os pequenos reinos da Síria-Palestina que estavam sob o domínio faraônico, para além das reclamações constantes típicas do período amarniano, verificamos que estes também enviavam os seus próprios mensageiros à corte egípcia e a outras cidades levantinas próximas, embora não fique claro se se trata de mensageiros egípcios agregados a uma divisão administrativa ou cidade ou mensageiros locais<sup>43</sup>.

Este grande sistema de troca de correspondência levará à necessidade da corte egípcia criar um departamento exclusivamente dedicado a esse efeito<sup>44</sup>. No Império Novo tardio, a figura do mensageiro tornar-se-á num elemento romântico no âmbito literário<sup>45</sup>.

Um mensageiro era, no fundo, também um «diplomata» e um espião. Porém, a espionagem terá tido, ainda, outros âmbitos, particularmente no que respeita às atividades bélicas, embora não tenhamos documentação sobre o assunto<sup>46</sup>. Mas é de crer que tenha sido uma mais-valia nos tradicionais elos de ligação pró-egípcios, como será o caso de Biblos. Outras figuras que poderão ter tido um grande papel neste sistema de espionagem serão os comerciantes, as redes de intercâmbio de bens, que podiam ser «estatais» ou privadas<sup>47</sup>. Uma vez que eram viajantes, certamente estavam a par de diversas situações, de forma direta ou indireta.

Um documento do reinado de Amen-hotep II deixa-nos conhecer o tipo de tratamento que os mensageiros estrangeiros teriam na corte egípcia no que respeita ao fornecimento de provisões alimentares durante a sua estadia. Genericamente, tinham direito a uma jarra de cerveja e a pouco mais do que um saco de trigo<sup>48</sup>.

Para além dos mensageiros, temos ainda os agentes *rudju*<sup>49</sup>, que eram responsáveis pela supervisão das atividades agrícolas (uma das obrigações dos subordinados levantinos), tendo ainda a supervisão das bases de abastecimento egípcias<sup>50</sup>. Os agentes eram também enviados do rei para a realização de uma tarefa em específico – caso disso é o de Sennefri, que foi enviado ao Líbano para procurar madeira de cedro para o templo de Amon em Karnak<sup>51</sup>. Seriam eles pessoal militar ou «civil»?

---

que'il (le messenger) reste dehors et qu'il meure là au soleil, (mais) il faut que'il y ait un profit pour le roi lui-même. Ou si[n]on, pourquoi [mou]rraient-ils au soleil? Quant aux messagers que nous avons éch[angés] ... gardent-ils [mês] messagers en vie? On les fait mourir au soleil!» *EA* 16.

<sup>43</sup> Note-se que este sistema é também ele hierárquico e tem uma série de regras e procedimentos bem definidos. Por exemplo, um «vassalo» não tinha permissão para enviar «embaixadores» ou mensageiros a um outro reino sem consultar primeiro o seu senhor. No século XIV a. C., o Egito recebe embaixadores assírios, o que despoleta o protesto da Babilónia, que era sua suserana. H. W. F. Saggs, *Civilization before Greece and Rome* (Londres: B. T. Batsford Ltd., 1989). Cf. EA 87, EA 88, EA 92, EA 114, EA 117, EA 147, EA 161, EA 162, EA 171.

<sup>44</sup> A. K. Mohammad, “The administration of Syro-Palestine during the New Kingdom”, *Annales du Service des Antiquités d'Égypte* (n.º. 56, Cairo: 1959), 123-125.

<sup>45</sup> Betsy Bryan, “Administration in the reign of Thutmose III” in *Thutmose III: a new biography*, 92.

<sup>46</sup> Do reinado de Amen-hotep II temos a seguinte referência: «Logo, quando sua majestade viajava até ao Sul pela planície de Sharon, descobriu um comissário do chefe de Naharina levando uma carta selada de argila ao pescoço (...)» *IEI*, 157.

<sup>47</sup> Vide Juan Carlos Moreno García, “The ‘other’ administration: patronage system and informal networks of power in ancient Egypt” in *Ancient Egypt Administration*, ed. Juan Carlos Moreno García (Leiden: Brill, 2013), 1029-1065.

<sup>48</sup> *IEI*, 168-169.

<sup>49</sup> Graciela Gestoso Singer, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior: Desde el reinado de Thutmosis III hasta el de Akhenaton*, 71.

<sup>50</sup> *Ibidem*.

<sup>51</sup> J. J. Shirley, “What’s in a title? Military and civil officials in the Egyptian 18<sup>th</sup> dynasty military sphere” in *Egypt, Canaan and Israel*, ed. S. Bar, D. Kahn e J. J. Shirley (Leiden: Brill, 2011), 302. A cena repetir-se-á nos finais da XX

Os cargos no antigo Egipto não podem ser definidos de forma *tout-court* no que respeita às suas funções, até porque há uma série de cargos cumulativos. J. J. Shirley apresenta, no entanto, uma nova abordagem sobre o assunto, chamando a atenção para o seguinte facto: embora muitos oficiais apresentem referências de carácter militar nas suas biografias, isso não significa que tenham sido militares, ou que tenham desempenhado funções desse tipo.<sup>52</sup> Um dos casos contemporâneos de Tutmés III é o de Tjanuni, o qual embora esteja associado ao exército, as suas funções são mais administrativas do que orientadas propriamente para um envolvimento pessoal no momento das batalhas<sup>53</sup>. Em suma, estes indivíduos podiam somar uma ou mais funções e funcionavam como elementos fundamentais para a atuação egípcia no terreno, e na manutenção das possessões asiáticas.

Antes de Ramsés II estabelecer com o Hatti um tratado de paz que ficou famoso na História por ser o primeiro a estar documentado (século XIII a. C.), o segundo milénio abundava em manobras e estratégias diplomáticas. Quando Tutmés III avança militarmente para a Síria-Palestina (século XV a. C.), com o intuito claro de dominar esse espaço, mantendo-o sob a sua esfera de influência, a diplomacia afirmava-se como fundamental na sua estratégia política. Esse recurso sempre andou de «mãos dadas» com os avanços militares e a governação dos espaços conquistados. Os dados que anteriormente apresentámos demonstram, claramente, que há uma série de protocolos diplomáticos que, mesmo não sendo exclusivos do antigo Egipto, revelam que a diplomacia é, na essência, uma conceção transversal à história do homem, devendo ser, por essa mesma razão, estudada num âmbito cronológico abrangente e de forma interdisciplinar.

---

dinastia, quando o funcionário Uenamón vai a Biblos obter madeira de cedro para a barca de Amon em Karnak; vide Alan Gardiner, *Egypt of the Pharaohs. An introduction.* (Oxford: Oxford University Press, 1964), 306-313.

<sup>52</sup> Cf. J. J. Shirley, “What’s in a title? Military and civil officials in the Egyptian 18<sup>th</sup> dynasty military sphere” in *Egypt, Canaan and Israel*, 291-318.

<sup>53</sup> *Ibidem*, 298.

